

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 30 DE JULHO DE 2010, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DO CONSELHO SUPERIOR, NO MUSEU DE ARTE MODERNA MURILO MENDES. x

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, regimentalmente convocado, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho e com as presenças dos Conselheiros: Alexandre Zanini, Altemir José Gonçalves Barbosa, Antônio Márcio Resende do Carmo, Célio Carneiro Chagas, Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Diva Chaves Sarmento, Edimar José de Oliveira, Eduardo Magrone, Fernando Salgueiro Perobelli, Helton Geraldo Magalhães, Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Janemar Melandre da Silva, José Farias Lima, José Luiz Lacerda, Lílian Pinto da Silva, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Lúcio Guedes Barra, Márcia Aparecida de Paula e Souza, Marcus Vinícius David, Nilson Fontes de Oliveira, Oscarina da Silva Ezequiel, Paulo Dimas de Castro, Paulo Roberto Figueira Leal, Raul Francisco Magalhães, Ricardo Bonfante, Ricardo Cristóforo, Rogério Estevan Farias, Romário Geraldo, Rosana Colombara, Roselene Perlatto Bom Jardim, Sebastião Luiz de Aquino Girardi, Sebastião Marsicano Ribeiro Júnior, Vanderli Fava de Oliveira e Vicente Rozauro Vidal, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente iniciou a reunião submetendo a discussão as atas das reuniões dos dias 22/12/09, 26/03/2010, 07/04/2010 e 30/04/2010. O Conselheiro Alexandre Zanini solicitou que na ata do dia 26/03/2010, às fls. 59, linha 34, onde se lê: "... empresa ampla..."; leia-se: "... empresa âncora...". A seguir, submeteu as atas em votação, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade. Na sequência do trabalho O Presidente do Conselho passou ao item II da convocação **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA: 1)** Informou que a ANDIFES tem pautado o aluno equivalente para a distribuição da matriz de OCC, só que nessa última distribuição fomos surpreendidos ao serem comparados os anos de 2007 e 2008. Assim sendo, mesmo com o crescimento da Universidade, a princípio teríamos uma perda de R\$2,5 milhões (dois milhões e meio de reais) no custeio distribuído pela matriz. Informou que foi feito um movimento em primeiro lugar dentro do MEC, demonstrando que essa matriz sempre será tomada como parâmetro para o governo que assumir. Demonstramos que ficaria inviável trabalhar nesse sentido, uma vez que já tivemos uma inflação no decorrer do ano passado de 5,6% (cinco pontos seis por cento) e ainda teríamos uma perda de dois milhões e meio devido base de dados utilizada pelo MEC. Diante do exposto a ANDIFES acatou alterar sua decisão pautada no princípio que a entidade nunca fez nada para prejudicar qualquer universidade. O MEC referendou a decisão. Então mantivemos o mesmo percentual do ano passado e não foi retirado o valor de dois milhões e meio de reais, sendo concedida a inflação de 5,6% (cinco ponto seis por cento). **2)** Informou a respeito da reunião com o Presidente Lula. Relatou que como de praxe o Presidente Luis Inácio Lula da Silva faz uma reunião semestral com todos os Reitores, e que essa foi a última reunião entre os Reitores e o Presidente da República antes do término do seu mandato. Em um primeiro momento foi feita a reunião com a presença da imprensa, onde os Reitores fizeram elogios à gestão da União nos oito anos do Governo Lula. A segunda parte da reunião ocorreu somente dos Reitores com o Presidente e as notícias já estão nos meios de comunicação. Foi dada a autonomia universitária, através do Decreto, que não é o que queríamos, mas que reconhecemos ser um avanço. Frisou que desde a Constituição foi Lula o único

1 Presidente que teve coragem de lançar alguma forma de autonomia para as
2 Universidades. Esse Decreto avançou muito no que tange as Fundações, e garantiu o
3 PNAES como uma política de estado e não de governo. Ressaltou que com o REUNI
4 e com a adoção do ENEM o número de estudantes que precisam de apoio estudantil
5 já aumentou e aumentará muito. Frisou que não foi o patamar financeiro esperado
6 pelos Reitores, mas é a garantia de que não haverá retrocesso seja qual for o governo
7 que assuma. Na reunião foi apresentado o problema que aflige todos os Reitores que
8 tem Hospitais Universitários, pois dia 31 de dezembro de 2010 encerra o prazo que
9 foi dado pelo TCU para solucionar o problema, de vinte e quatro mil servidores
10 contratados, pelas mais diversas formas para os Hospitais Universitários. O
11 Presidente Lula, o Ministro Fernando Haddad e os Reitores das Universidades
12 demonstraram suas preocupações por uma solução que atenda a todos. O Presidente
13 Lula garantiu que após o período eleitoral será feita uma reunião com a FASUBRA
14 para resolver a situação posta e partir para a realização dos concursos. Informou
15 também que dentro do REHUF, as Fundações de HU passaram a ter algumas
16 autonomias, ou seja, o que ficava na mão do Gestor Municipal passa agora a ficar na
17 mão do Reitor. Antes o Gestor Municipal é quem dizia o serviço que o interessava, o
18 que queria pactuar. Agora o Reitor é que verificará com HU o tipo de prestação de
19 serviço que o Hospital quer oferecer a comunidade, e então o Reitor assinará uma
20 pactuação no Ministério. As metas pactualizadas terão de ser cumpridas. Relatou em
21 seguida a respeito da criação do Banco de TAE's Equivalentes. A solicitação dos
22 Reitores e que esse banco fosse criado tomando como base o ano de 2007, mas a
23 Portaria publicada consta o ano base 2010. Informou, porém que há um artigo que
24 diz como resolver casos específicos, que se dará através de uma simples Portaria
25 entres os Ministro do Planejamento e Gestão e o Ministro da Educação ou da Saúde.
26 Os Reitores consideraram um avanço, pois a partir de 2010, qualquer vacância que
27 ocorra por aposentadoria, transferência ou óbito, o Reitor tem autonomia para abrir
28 novo concurso e repor o quadro. Destacou que a ANDIFES continuará a luta para
29 retroagir a base de dados a 2007. Conclui dizendo que o Governo Lula e o Ministro
30 Fernando Haddad sempre tiveram uma parceria com a ANDIFES e foi um trabalho
31 relevante para a educação do país, mas que são sabedores que muitos obstáculos
32 ainda terão que ser vencidos. Em sua posição pessoal entende que muitas
33 universidades terão problema com o REUNI. 3) Relatou a reunião com o Ministro da
34 Educação, Fernando Haddad, a respeito do Consórcio das Universidades. Disse que a
35 idéia do Consórcio nasceu de uma conversa dentro das IPES Minas e será feito, a
36 partir do dia 03 de agosto do corrente, um estudo para se consorciarem 7(sete)
37 Universidades que tenha um distanciamento máximo de 200(duzentos) quilômetros
38 entre si. A análise dos estudos será pautada no PDI de cada Instituição e o resultado
39 será a soma individual de todos os PDI das instituições que irão participar do
40 consorcio. Informou o Presidente do Conselho que esse estudo será analisado pelo
41 MEC que dará todo apoio jurídico. O que está sendo divulgado é que cada
42 Universidade terá mantida sua autonomia e seus dirigentes da forma que cada uma os
43 elege. Essa fusão se destina a melhoria de qualidade de ensino, de captação de
44 recurso dentro das próprias linhas dos ministérios e das linhas de fomento.
45 Exemplificou o Senhor Presidente dizendo que as Universidades Minas têm a
46 característica de ser entre todas as Universidades do Brasil a que tem melhor
47 formação no ensino de Graduação, o que facilitaria uma mobilidade entre docentes,
48 discentes e TAE's entre as Universidades consorciadas. Outro dado importante é a
49 Universidade que tiver uma Pós-Graduação forte em determinada área, poderá e
50 deverá capacitar docente das outras universidades. Finalizou dizendo que a primeira

1 reunião para tratar dessa proposta de Consórcio será na UFMG no dia 03 de agosto
2 do corrente e ressaltou que qualquer decisão que envolva a UFJF será tomada nesse
3 Conselho Superior que é o órgão competente para isso. 4) Comunicou que convidou
4 as IPES Minas para fazer uma reunião em dezembro aqui na UFJF, como uma
5 atividade de comemoração do Cinquentenário da UFJF. Propôs também uma plenária
6 da ANDIFES, mas que dificilmente ocorrerá devido ao várias agendas já
7 estabelecidas na entidade. 5) Relatou que duas Instituições de Ensino Superior que
8 possuem Hospitais Universitários, em 2007 e 2008 entraram no Supremo Tribunal
9 Federal solicitando concurso para suprir a lacuna dos servidores. Através de decisão
10 judicial foi autorizada a realização desses concursos para as duas universidades. O
11 Governo em seguida fez acordo com o Supremo acertando a solução de todos os
12 problemas, a partir da realização de concurso até o dia 31 de dezembro de 2010. No
13 HU tínhamos funcionários que tinham 25(vinte e cinco) anos trabalhando em regime
14 de pró-labore e agora veio o TCU e estabeleceu um prazo de 60(sessenta) dias para
15 cumprirmos um Acórdão. Lembrou que há aproximadamente um ano atrás, em torno
16 de 300(trezentas) pessoas por determinação do TCU e do Ministério do Trabalho
17 tiveram que deixar a Universidade. Foi realizado concurso onde somente 7% (sete
18 por cento) foram aprovados e retornaram a suas atividades no HU. Informou a
19 situação crítica por que passa o HU que ainda não recebeu o repasse da SESu em
20 relação à folha e, além disso, não recebeu o recurso financeiro Interministerial. Esse
21 mecanismo do recurso Interministerial é feito da seguinte forma: a Direção do HU
22 aloca o valor que lhe compete, dentro de uma planilha qualificada. Esse valor vai até
23 o SESu, que solicita a liberação do mesmo a Secretaria do Planejamento e
24 Orçamento – SPO. Esse valor sumiu, ou seja, o HU não está contando com o apoio
25 que lhe é direito de vários anos, e que não apareceu no orçamento desse ano. Esse
26 valor gira em torno de um milhão e meio de reais. Informou ainda que desde o final
27 do ano de 2009, foi comunicado pela SPO; que não é permissível a Universidade
28 repassar recursos para o HU. Além disso, está recaindo sobre o HU o serviço de
29 terceirizados, vigilância, faxina, entre outros. Ou seja, deram autonomia ao HU, mas
30 não deram o orçamento. Informou o Senhor Presidente que segunda-feira ele estará
31 retornando a Brasília, e essa já é a quinta viagem que faz, para tentar resolver essa
32 situação que aflige o HU e a UFJF como um todo. 6) Informou que o TCU em 2003,
33 através do Acórdão 3040 determinou que a Universidade não mais depositasse na
34 FADEPE as taxas dos cursos de especialização. Foi feita nova comunicação do TCU
35 a UFJF em 2005. Em 2008 o TCU deu um prazo de 360(trezentos e sessenta) dias
36 para que modificasse aquela formatação. O Presidente do Conselho informou que
37 agora no dia 30 de junho, um novo Acórdão, estipulou um prazo de 60(sessenta) dias
38 para a Universidade acabe com aquela formatação estipulada na Resolução de 2007
39 desse Conselho Superior e que estudemos um novo modelo de recolhimento, o que a
40 Administração está viabilizando. Finalizou dizendo que acredita seja, em termos de
41 normas, a última que estamos adequando às novas situações. **O Conselheiro Raul**
42 **Magalhães** pede a palavra e faz dois questionamentos: 1) Se já existe algum
43 documento em relação ao Consórcio das Universidades; 2) No que diz respeito ao
44 TCU e FADEPE, qual o problema em relação às contratações da FADEPE. O
45 **Presidente do Conselho** informou que não há documento nenhum escrito em relação
46 ao Consórcio das Universidades. Quanto ao TCU e FADEPE solicitou ao Pró-Reitor
47 de Planejamento e Gestão, **Conselheiro Alexandre Zanini** que fizesse uma
48 explicação mais detalhada da situação. O conselheiro informou que está sendo
49 preparado um pacote baseado no Acórdão 3040, de 30 de junho do corrente ano,
50 porque medidas administrativas terão que ser tomadas. Exemplificou dizendo que o

1 Acórdão determina que todos os projetos dentro da FADEPE sejam formalizados via
2 contrato, isso significa que todos os cursos de especialização *Lato Sensu* terão de ser
3 contratualizados. Ou seja, a formatação que hoje vigora não poderá mais ocorrer. Em
4 relação a transferências do saldo estamos trabalhando sobre um novo formato. A
5 Resolução 07/2000-CONSU terá de ser revista, é uma consequência direta do
6 Acórdão. Informou que no final do mês de agosto teremos uma próxima diligência,
7 isso porque o TCU determinou que a SECEX, que é a Secretária de Controladoria
8 que fica em Belo Horizonte venha a Juiz de Fora para verificar as medidas tomadas
9 pela Fundação. Basicamente querem verificar se os saldos irão voltar, através de uma
10 guia de recolhimento único - GRU, e se os contratos estão sendo formalizados como
11 eles definiram. Sabemos que hoje as unidades acadêmicas têm suas contas na
12 FADEPE e os saldos retornam para conta da Unidade e ficam sobre a coordenação
13 dos Diretores. O Conselheiro reforçou que existem meios para atender às
14 determinações do TCU. Finalizou dizendo que assim que estiver pronto esse pacote
15 com a nova formatação e a Resolução refeita traremos para o Conselho. O
16 **Conselheiro Vanderli Fava** fazendo um a parte diz que devido à expansão dos
17 cursos foram criados cargos administrativos de FGs e CDs, que são pagas via
18 Fundação. Pergunta como ficará essa situação. O **Conselheiro Zanini** informou que
19 o Reitor já levou à Brasília um plano com todas as necessidades em relação à FGs e
20 CDs para a estrutura administrativa, que é a demanda da UFJF para funções. O
21 Presidente do Conselho informou que tem um Projeto de Lei – PL tramitando no
22 Congresso e nele contém a necessidades de toda a Universidade em termos de FGs e
23 CDs. A esperança é de que esse PL seja apreciado e aprovado depois das eleições. O
24 **Conselheiro Raul Magalhães** fazendo nova manifestação pergunta se tem alguma
25 consequência trabalhista, ou seja, alguém terá que ser demitido desses contratos. E se
26 sim o TCU está obrigando concurso também nessa área. O **Conselheiro Alexandre**
27 **Zanini** diz que em relação à questão trabalhista no que tange a Universidade não há
28 consequências. Frisou que a FADEPE contava com a presença desses fundos para
29 manter funcionários em atividades de apoio ao desenvolvimento institucional, que é
30 seu objetivo precípuo. Como a FADEPE não terá mais esses fundos então a
31 Fundação terá que reestruturar os seus quadros e a restrição se dá apenas em relação
32 a esses fundos. Esclareceu que os demais quadros da Fundação estão mantidos e que
33 isto é uma definição da Fundação. O **Conselheiro Sebastião Girardi**,
34 **representando os servidores técnicos administrativos em educação**, solicita que
35 na formatação dessa nova “Superuniversidade” sejam levados em conta também as
36 questões salariais e a isonomia entre as Universidades. Informou ao Conselheiro
37 Raul Magalhães que quanto à questão dos funcionários, assim que o SINTUFEJUF
38 tomou conhecimento desse Acórdão procurou imediatamente a Fundação e o seu
39 Presidente para saber o que isto impactaria em relação TAE’s. Esclarece que o fato
40 está sendo acompanhado bem de perto para que nenhum servidor sofra prejuízo. Não
41 havendo mais manifestações O Senhor Presidente encaminhou o item III - **ORDEM**
42 **DO DIA: PLENÁRIO: 01 - Processo nº 23071.003042/2010-44 - Abertura de**
43 **Curso de Licenciatura em Computação na modalidade à distância. Relator:**
44 **Conselheiro Eduardo Magrone.** O Presidente do Conselho passou a palavra ao
45 relator, que apresentou seu parecer e se colocou a disposição para arguições.
46 Manifestaram os seguintes conselheiros: 1) **Vanderli Fava** perguntou se o curso esta
47 sendo criado para utilizar os recursos da UAB. Obteve a resposta afirmativa do
48 relator **Conselheiro Eduardo Magrone**, que ainda lembrou ter esse Conselho
49 Superior criado a perenidade desses cursos. Ou seja, não são mais projetos e são sim
50 cursos novos da UFJF, com o mesmo status e estatuto dos cursos presenciais.

1 Concluiu dizendo que se não houver apoio por parte do Governo Federal, quanto ao
2 financiamento desses cursos esses tendem a acabar. O conselheiro Vanderli Fava
3 conclui que os cursos utilizam recursos da UAB para montar, mas em seguida ele
4 passa a contar com orçamento da Universidade para continuar. E disse que na
5 articulação das IFES Mineiras uma das questões a ser considerada seriam as
6 universidades darem sustentação aos pólos a distância, de acordo com a proximidade
7 de onde o pólo estivesse instalado. O relator Eduardo Magrone frisa que o público
8 alvo de um curso na modalidade à distância, são os alunos lotados no entorno das
9 cidades pólos. Observou que nada impede os alunos dos cursos presenciais a
10 freqüentarem disciplinas do curso a distância até a carga de vinte por cento do curso
11 que será oferecido, segundo a LDB. Da mesma forma não há impedimento do aluno
12 do curso a distância assistir disciplina do curso presencial. Concluiu dizendo que as
13 transferências entre as Universidades Federais de cursos à distância e curso
14 presencial, tipo ex-offício, já é uma realidade. Não havendo mais inscritos o
15 **Presidente do Conselho** colocou em votação o relato da abertura de Curso de
16 Licenciatura em Computação na modalidade à distância, sendo aprovado por
17 unanimidade. Em seguida passou ao item **02 - Processo nº 23071.009483/2010-50 -**
18 **Contrato de doação de veículo automotor, entre o estado de Minas**
19 **Gerais/Secretaria de Estado de Saúde e a UFJF.** A palavra foi dada ao relator do
20 processo o **Conselheiro Dimas Augusto Carvalho de Araújo**, que fez a leitura do
21 parecer que opina pela aceitação da doação feita pela Secretaria de Saúde do Estado
22 de Minas Gerais de uma Ambulância tipo D marca IVECO, modelo DAILY 45S14,
23 Chassi 93K42A01A8415945, Placa HNH-0431, Patrimônio Nº 4247304-7, valor
24 financeiro R\$ 185.400,00 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais). O Reitor
25 informou que em Juiz de Fora só há uma ambulância pública/UTI e por isso ele
26 pessoalmente buscou essa doação que atenderá a comunidade universitária e ao
27 município quando necessário. Ressaltou que uma das dificuldades ao receber a
28 ambulância é o alto custo do pessoal operacional que atua no interior da ambulância.
29 Informou que o Hospital Universitário ganhou no início do ano novas residências e
30 com isso poderemos colocar os residentes para atuarem dentro da UTI móvel que
31 reduzirá o custo operacional. Parabenizou a Direção e todo o corpo de servidores do
32 HU pelo trabalho desempenhado, e que apesar de ser o quadragésimo segundo lugar
33 na classificação dos hospitais universitários é o primeiro do país em termos de
34 acréscimo de novas residências. Não havendo inscritos o **Presidente do Conselho**
35 colocou em votação o relato do Conselheiro Dimas Augusto sendo aprovado por
36 unanimidade. Na sequência dos trabalhos passou a discussão do item **03 - Processo**
37 **23071.009613/2010-54 – Programa CRI/UFJF de Bolsas de Intercâmbio**
38 **Internacional.** Foi dada a palavra ao relator **Conselheiro Eduardo Magrone** que
39 fez leitura do parecer manifestando-se pela aprovação da criação do Programa de
40 Bolsas de Intercambio Internacional e sugerindo modificação no artigo 2º item II,
41 passando a ter a seguinte redação: “Ter concluído pelo menos 20% (vinte por cento)
42 dos créditos obrigatórios em seu curso de graduação e não mais que 70% (setenta por
43 cento) dos créditos totais do curso”. Colocado o assunto em discussão manifestaram-
44 se os seguintes conselheiros: **1) Vanderli Fava** destacou a importância desse
45 programa de bolsa que dará oportunidade ao aluno que não teria condições de se
46 manter no exterior. Historiou que o Curso de Engenharia de Produção conseguiu em
47 2003 participar do Programa de Consórcios em Educação Superior Brasil – Estados
48 Unidos, que é fruto do acordo entre a CAPES e o *Fund for the Improvement of Post*
49 *Secondary Education* (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos, e
50 que mais de trinta acadêmicos já participaram desse programa com excelentes

1 resultados. Frisou que isso também coloca a UFJF em outro patamar, o da
2 internacionalização dos diplomas, que é algo que está caminhando para isso através
3 do acordo ARCOSUR, como o que já existe no MCE. Concluiu sua fala perguntando
4 ao relator se a proficiência na língua do país aonde o estudante irá é uma exigência
5 do projeto. O relator **Conselheiro Eduardo Magrone** informou que não está
6 definido nessa minuta, pois os critérios de seleção e a regulamentação da seleção
7 serão estabelecidos pela Coordenação de Relações Internacionais. 2) **Rosana**
8 **Colombara** diz entender que há um conflito entre mérito acadêmico e apoio
9 estudantil. Estar inscrito no programa de apoio estudantil pode ser usado como
10 critério de pontuação para a seleção. Falou que no seu entender a Universidade não
11 contempla todos os alunos que tem necessidade financeira com as bolsas. Concluiu
12 dizendo que a Resolução proposta tem que ser mais ampla e ser estabelecida para
13 todos os alunos da UFJF e não tratar os alunos de apoio estudantil de uma forma
14 diferenciada. O relator **Eduardo Magrone** diz entender que não há contradição
15 alguma na Resolução e que o público alvo são os alunos do apoio estudantil
16 preferencialmente, mas respeitando o mérito acadêmico entre esses alunos.
17 Concordou com o professor Vanderli Fava de que se for considerado critério
18 universal somente o mérito acadêmico iremos concentrar as bolsas nos alunos que
19 tem mais condições e não aqueles alunos que não estão beneficiados pela assistência
20 estudantil, ou seja, a tendência será contemplar os alunos que são favorecidos
21 socialmente. Para concluir informou a professora Rosana Colombara, que a UFJF
22 contempla todos os alunos aprovados e que se enquadram na análise do perfil sócio
23 econômico. 3) **Fernando Perolelli** destacou a importância da universidade se
24 preocupar com a sua internacionalização. Solicitou o seguinte esclarecimento: o
25 aluno que é bolsista do CNPq, ele é bolsista cota do CNPq e é um aluno em
26 condições sociais menores. Nesse caso como está esse aluno não seria contemplado.
27 Perguntou o número de aluno, em termos percentuais, que são apoiados pelo apoio
28 estudantil na UFJF. E propôs que fosse feita uma reserva, de uma parcela de bolsas,
29 para as pessoas que estiverem no programa de apoio estudantil da instituição, e outra
30 parcela para todos os alunos da UFJF. Informou que existem pessoas no limite para
31 conseguir o apoio estudantil e essas não tem condições de se manter no exterior. O
32 **conselheiro Alexandre Zanini** solicitou um aparte e informou que hoje a UFJF
33 possui cerca de dois mil alunos atendidos pelo Programa de Bolsa de apoio
34 estudantil, em suas modalidades: alimentação, transporte, moradia e manutenção. O
35 **Presidente do Conselho** fazendo uso da palavra e diante dos impasses apresentados
36 sugeriu a retirada do processo de pauta para as adaptações propostas. 4) **Raul**
37 **Magalhães** entende que o índice de rendimento acadêmico deveria ser 70% (setenta
38 por cento). O Presidente do Conselho solicitou ao relator que fizesse um resumo das
39 propostas apresentadas. O **Conselheiro Eduardo Magrone** relatou as propostas
40 apresentadas: a) no inciso I do art. 2º “ter índice de rendimento acadêmico igual ou
41 superior a 70% (setenta por cento); b) não ter sido reprovado por infrequência no
42 último período em qualquer das disciplinas cursadas; c) que o aluno tenha cursado
43 20% (vinte por cento) dos créditos mínimos obrigatórios no curso e 70% (setenta por
44 cento) no máximo. 5) **José Luiz Lacerda** ratifica a proposta de retirar o processo de
45 pauta devido aos questionamentos apresentados. O Presidente do Conselho acata o
46 pedido de retirada do processo. O Conselheiro Eduardo Magrone sugere que
47 independente da retirada do processo de pauta que se mantenham as mudanças
48 sugeridas e que se mude a redação da resolução. O que foi aprovado. 6) **Altemir**
49 **José Gonçalves Barbosa** solicita rever o teto máximo de setenta por cento, pois
50 entende que é mais interessante para o intercâmbio internacional, o alunos que esteja

1 próximo de concluir o curso. Não havendo mais inscritos o Presidente do Conselho
2 deu vista do processo aos Conselheiros: José Luiz Lacerda e Altemir José Gonçalves
3 Barbosa. Dando sequência aos trabalhos o **Presidente do Conselho** passou ao item
4 **IV – Assuntos Gerais**, e aproveitou o momento para dar as boas vindas aos novos
5 representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, em especial as
6 conselheiras: Janemar Melandre da Silva e Márcia Aparecida de Paula e Souza, que
7 passam a ter assento nesse Conselho. Ainda justificou as ausências dos conselheiros:
8 José Luiz Rezende Pereira, Marcos Vinício Chein Feres, Girlene Alves da Silva,
9 João Batista Picinini Teixeira e Marta Cristina da Silva. Concluiu sua fala propondo
10 a criação de uma Comissão para apresentar modificações na Resolução Nº. 23/2003-
11 CONSU, que diz respeito à Medalha JK da UFJF. A proposta foi aprovada por
12 unanimidade ficando a Comissão assim constituída: Pró-Reitor de Recursos
13 Humanos, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitor de Pesquisa, Professor Marcos
14 Vinício Chein Feres – como Presidente, Professor Raul Francisco Magalhães, um
15 representante do SINTUFEJUF e um representante do DCE. A seguir foram abertas
16 inscrições onde manifestaram os seguintes conselheiros: **1) Alexandre Zanini**
17 lembrou que há duas semanas o Presidente Lula assinou uma série de decretos que
18 abordam: a questão do PNAES, questão da execução orçamentária e particularmente
19 o Decreto 7233, de 19/07/2010 que trata da autonomia universitária sendo
20 basicamente afeta aos procedimentos de execução orçamentária. Diz que ainda está
21 nas mãos do Governo a possibilidades de transpor o orçamento de um ano para o
22 outro. Em razão desses fatos está sendo preparado um documento para ser divulgado,
23 pois não é o que muitos estão pensando. Informou que será apresentado um
24 calendário de execução com datas de fechamento do SIGA, com datas de requisição
25 para material de consumo, entre outros procedimentos. Queremos é executar 100%
26 (cem por cento) do nosso orçamento como fizemos no ano passado, e sermos
27 novamente a primeira Universidade em execução orçamentária. Informou ainda que
28 está sendo preparado um cadastro de todos os Convênios assinados, com o respectivo
29 coordenador, para que ao final do ano quando chegar recursos possa agilizar a
30 execução dos mesmos. Pediu a colaboração dos Diretores de Unidade para que
31 possam seguir esse calendário, que será distribuído, e que instruem as suas Unidades
32 e os seus Coordenadores em relação aos prazos de requisição dentro do SIGA.
33 Haverá uma data de fechamento do sistema e essa data obviamente está relacionada à
34 nossa capacidade de execução. O Presidente do Conselho fazendo um aparte
35 informou que as Fundações de Apoio agora poderão fazer obras ligadas a pesquisa,
36 como laboratórios, ou seja, a Fundação terá mais autonomia. **2) Rosana Colombara**
37 demonstrou a preocupação do Instituto de Ciências Exatas referente às vagas de
38 Ensino a Distância, que foram aprovadas desde maio e tem até o mês de setembro
39 para execução dos concursos. Solicitou informações da CODEAD quanto ao
40 andamento para a distribuição dessas vagas. O **Presidente do Conselho** informou
41 que acabará de receber um ofício do Presidente da CODEAD, Professor Eduardo
42 Magrone solicitando afastamento da Presidência da Comissão em razão de inúmeras
43 atividades que está desempenhando. O Senhor Presidente do Conselho acatou a
44 solicitação do Conselheiro Magrone agradecendo pelo seu trabalho executado até o
45 momento. Em seguida sugeriu o nome da Pró-Reitora de Recursos Humanos,
46 Gessilene Zigler Foine, para a Presidência da CODEAD, sendo aprovado por
47 unanimidade. Frisou que a UFJF não perdeu nem uma vaga até hoje em sua
48 administração, por deixar de realizar concurso e afirmou que isso não acontecerá
49 agora. **3) Vanderli Fava** lembrou que na próxima semana a UFJF vai passar por uma
50 avaliação institucional e que hoje nossa avaliação é 4 (quatro), que permite acesso a

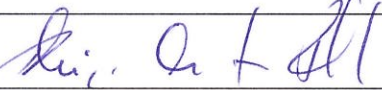
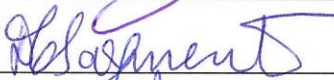
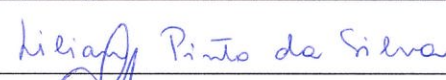
1 todos os programas, convênios e outras questões que tem como base esse índice.
2 Frisou a importância de todos estarem preparados, tanto a Administração Superior
3 quanto as Unidades Acadêmicas, pois se for solicitado um comprovante ou
4 documentação que demonstre o que foi realizado no período anterior e esses dados
5 não forem apresentados perde ponto na avaliação. A Comissão de Avaliação vem
6 verificar o que a Universidade postou no ENEC e que disse que iria realizar se
7 realmente realizou. É avaliada desde a gestão da Instituição, gestão financeira, gestão
8 de Recursos Humanos, a Política de Ensino, Pesquisa e Extensão, responsabilidade
9 social, comunicação com a sociedade, política de apoio aos discentes, entre outras
10 avaliações. Lembrou que curso com avaliação abaixo de quatro não entra, por
11 exemplo, no ARCOSUR que são convênios firmados na área educacional. Propôs
12 que se fizesse uma reunião com os Diretores de Unidade Acadêmica que não
13 participaram da reunião realizada na Faculdade de Direito, para que todos se
14 preparassem para receber os avaliadores e manter ou melhorar o índice de avaliação
15 da UFJF. O Conselheiro Alexandre Zanini fez um aparte para informar que nas Pró-
16 Reitorias há uma reunião marcada para verificar se está tudo preparado para receber
17 os avaliadores. Informou que cada Pró-Reitoria está responsável por sua área e por
18 preparar documentação comprobatória. Diz que não adianta dizer que tem, mas tem
19 que provar que tem. Demonstrou a preocupação da Administração Superior porque
20 na próxima semana é a última semana de férias e a Comissão de Avaliação faz visita
21 em loco e exige documentos aos diretores de unidades. Por isso o Professor Flávio
22 Takakura e Professora Rosa Maria Sakamoto que são os responsáveis pela avaliação
23 institucional dentro da UFJF estão verificando o rol de responsáveis dentro das
24 unidades, ou seja, quem está designado por responder por cada unidade. **4) Raul**
25 **Magalhães** sugeriu que uma das lutas dos Reitores em Brasília deveria ser discutir
26 estabelecimento de regras e cronogramas muito claros sobre avaliação institucional.
27 Imagino deva existir uma avaliação interna e externa da Universidade e que possa
28 ocorrer com um calendário muito claro e talvez com uma frequência maior, que seja
29 semestral para enfim a Universidade mostrar realmente como ela vem se
30 desempenhando. Da forma como é colocada a avaliação parece que vem pessoas de
31 Brasília que podem alterar o nosso ranking e isso tem um componente de injustiça. **5)**
32 **Eduardo Magrone** deu razão ao conselheiro Raul em suas ponderações, mas disse
33 que a lógica da avaliação é exatamente surpreender as Instituições. Informou que
34 todas as universidades estão sendo avaliadas e não só as federais. Por isso não há
35 como avaliar semestralmente, porque não há quadro de avaliadores suficientes.
36 Informou ainda que a avaliação valha por 10(dez) anos e os quadros que vem para a
37 UFJF avaliar não são do INEP são professores universitários de outras instituições. O
38 Conselheiro Vanderli Fava fazendo um aparte diz que avaliação hoje pelo disposto
39 nos regulamentos e nos dispositivos legais é contínua. A CPA, Comissão Permanente
40 de Avaliação está prevista em Lei e toda instituição deve ter essa Comissão para que
41 o processo de avaliação seja permanente, contínuo e tenha auto-avaliação. Lembrou
42 que o processo de avaliação iniciou em 2004, e está melhorando e aprimorando os
43 instrumentos de avaliação. Citou a Universidade do Rio Grande do Sul como
44 exemplo, que está em avaliação permanente e que na página dessa instituição
45 qualquer pessoa tem acesso a toda avaliação. Diz entender que a avaliação hoje é
46 necessária e tem que existir. Não basta termos uma avaliação e ficarmos dez anos
47 parados teremos sim que continuar com o processo de avaliação. Concluiu sua fala
48 dizendo que a UFJF tem que mostrar e prestar contas à sociedade sobre o que tem
49 feito e o que fará. Com a avaliação conseguimos visualizar nossos erros e
50 observamos o que podemos melhorar, enfim o que pode ser enriquecido. O

Conselheiro Raul Magalhães diz concordar com as avaliações e entende ser importante a avaliação interna, mas frisa a importância de se ter um calendário com mais clareza para exatamente a avaliação ser contínua, mobilizando professores do Brasil para compor esse quadro do INEP. Ai sim terá condições de realmente fazer com que o sistema todo e não só o Rio Grande do Sul cresça. O Presidente do Conselho assumiu o compromisso de no seu segundo mandato implantar a CPA da UFJF de forma definitiva, pois tem certeza que essa avaliação permanente irá trazer melhorias para a Universidade. E também frisou que no segundo mandato irá procurar sempre a melhoria da qualidade do ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. O **Conselheiro Eduardo Magrone** propõe o seguinte encaminhamento: que no segundo período letivo seja realizado um Seminário sobre Avaliação Institucional, trazendo o Professor Gilberto da Federal do Rio Grande do Sul que está à frente dessa Secretaria para dar encaminhamentos para esse tipo de processo. O **Conselheiro Vanderli Fava** trazer além do Professor Gilberto, um representante do INEP, a Presidente da CONAES entre outros, porque a avaliação resulta em regulação e está havendo muita modificação. Diz que concorda com o Conselho Magrone quando afirma que a CPA da UFJF está funcionando, mas afirma que está funcionando como na maioria das instituições, ou seja, com dificuldades. O próprio INEP e o MEC reconhecem que a CPA não dá conta e por isso deverá sair uma Portaria para se criar nas Universidades as suas Secretarias de Avaliação Institucional. Os membros da CPA não são operacionais, são muito mais membros consultivos, diretivos. Nas federais parece que vai se criar o Procurador Institucional, além do Pesquisador Institucional, porque estão vendo que nas Universidades é preciso ter elementos ou organismo e diretrizes mais claras de como se faz isso. O **Conselheiro Eduardo Magrone** diz que a CPA está funcionando com dificuldades, mas fez seu trabalho preparando o relatório, ouvindo todos os Pró-Reitores e esse relatório será apresentado aos avaliadores. Diz que dentro do que poderia ser feito, a CPA funcionou muito bem, mas tem mesmo essas dificuldades operacionais, que podem ser superadas com a criação da Secretaria de Avaliação Institucional. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião, que foi secretariada por mim, Basileu Pereira Tavares, que para constar lavrei a presente que dato e assino. Juiz de Fora, 30 de julho de 2010.x

Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho
Reitor

Basileu Pereira Tavares
Secretário Geral

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 27 / 10 / 2010

1. 	2. 
3. 	4. 
5. 	6. 

7. <i>Paulo Roberto Trigueiro Loral</i>	8. <i>Frederico Baur</i>
9. <i>Marta Cristina da Silva</i>	10. <i>Cyrene Alves da Silva</i>
11. <i>[Signature]</i>	12. <i>Umarco Vitor</i>
13. <i>[Signature]</i>	14. <i>[Signature]</i>
15. <i>[Signature]</i>	16. <i>[Signature]</i>
17. <i>Sebastião Luiz de Aquino Gerardi</i>	18. <i>[Signature]</i>
19. <i>[Signature]</i>	20. <i>Rosângela M. Trizzeo</i>
21. <i>[Signature]</i>	22. <i>Mirella Conceição Cardoso</i>
23. <i>[Signature]</i>	24. <i>[Signature] PROPRIETÁRIO</i>
25. <i>[Signature]</i>	26. <i>[Signature] PROPRIETÁRIO</i>
27. <i>Antonio Carlos Resende da Silva</i>	28. <i>Luiz Carlos Andrade</i>
29. <i>Herton de Azevedo</i>	30. <i>[Signature]</i>
31. <i>[Signature]</i>	32. <i>Ruiário Geraldo</i>
33. <i>Yori Luiz R. Reme</i>	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.